

*CP*  
1  
*Calder*  
*P.*

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**  
**DE**  
**PORTO COVO**  
**ATA DA REUNIÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2025**  
**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**ATA N.º 03/2025**

-----Aos vinte e seis dias de setembro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

**MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----**

**Presidente:** Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

**1.ª Secretária:** Catarina Marques Nobre de Sousa

**2.ª Secretária:** Cláudia Sofia Oliveira Rosa

Paulo Jorge Lavadinho da Silva

Luís Pedro Parreira da Silva

**FALTAS JUSTIFICADAS: -----**

Ana Raquel da Silva Costa Gil

Dinis Filipe Lourenço Loja

André Jorge Neves da Luz

**EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----**

**Presidente:** José Pedro do Nascimento Arsénio

**Secretária:** Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

**Tesoureiro:** Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

----- Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 21h05 horas. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

----- O Presidente da Assembleia, **Miguel Ribeiro** informa que serão cedidos, aproximadamente, vinte minutos para intervenções antes da ordem do dia. -----

O membro da Assembleia, **Luís Pedro Silva**, cumprimenta todos os presentes, recorda que, há quatro anos, “estava tudo por fazer” e que qualquer um dos presentes teria dado um bom Presidente. Hoje, refere que cerca de 80% a 90% das competências da Junta estão cumpridas, e muitas outras ações foram concretizadas mesmo fora do âmbito das suas competências, graças ao esforço do executivo. ----- Destaca o trabalho do Presidente José Pedro, referindo que, quando este deixar o cargo, dificilmente o seu trabalho será repetido, pela sua dedicação e conhecimento profundo da terra. Apresenta ainda duas sugestões para o futuro: A ciclovia de Porto Covo, apesar de não ser competência da Junta, alerta para o agravamento do problema de segurança da estrada e sugere que este tema seja integrado nos programas futuros, dada a sua urgência. A outra sugestão refere-se à possibilidade de transformar Porto Covo numa comunidade de energia renovável, relembra que esta era uma proposta do seu programa eleitoral referente à criação de comunidades de energia com painéis solares e bancos de baterias, os quais já têm preços muito mais acessíveis, destacando o benefício ambiental e o impacto social positivo na redução do custo da eletricidade para os mais carenciados, sendo ainda um investimento com retorno garantido e rápido. Refere também o DAE (Desfibrilhador Automático Externo), já instalado na freguesia, como uma excelente iniciativa que, apesar de não ser visível no dia-a-dia, pode um dia salvar vidas, não trás votos, mas se um dia for necessário com certeza que vão reconhecer esse esforço. Por fim, transmitiu a mensagem do Sr. André Luz, que, embora não tenha conseguido estar presente, manifestou a sua honra por ter participado na discussão dos assuntos da freguesia. O membro da Assembleia, Luís Pedro Silva, termina a sua intervenção com uma nota pessoal, dizendo que esta pode ter sido a sua última participação, que aprendeu muito, e que, apesar de reconhecer que esta não é a sua vocação, foi um gosto enorme fazer parte da Assembleia de

3

Cláudia Rosa  
R

Freguesia. Reafirma, a nível pessoal, ter começado como independente e apartidário e terminado ainda mais independente e orgulhosamente apartidário, refere que foi um gosto e deixa um agradecimento a todos. -----

----- A membro da Assembleia, **Cláudia Rosa**, inicia a sua intervenção com alguns reparos sobre situações ocorridas ao longo do verão, reconhecendo que algumas não são da competência direta da Junta, mas que merecem atenção. Chama a atenção para o facto das bancas de artesanato ficarem com agrafos expostos, o que pode representar algum perigo, especialmente para as crianças que brincam nas imediações. Já tinha comunicado esta situação ao Presidente da Junta e manifesta disponibilidade para remover pessoalmente os agrafos. -----

Mostra-se surpreendida com forma desordeira daquela "feira" armada no Largo e na Rua Principal, com bancas e guarda-sóis a ocuparem a via pública, dificultando a circulação e propôs que seja repensada esta ocupação, limitando-a apenas às zonas das bancas. Refere ainda que, apesar do reverso da medalha que é, por vezes, a presença da GNR, a falta de policiamento pode ter consequências negativas. Refere que as Festas de agosto têm causado incómodo para moradores de uma das casas do Largo que, todos os anos, se queixam do barulho. Este ano, notou que a abordagem desses moradores foi mais agressiva e sugere que a Junta envie uma circular a informar sobre as datas das festas e expressando o lamento pelo incómodo causado e assim, a parte da Junta fica feita e não há mais conversas. -----

O outro ponto tem a ver com a atuação do responsável pela Resgate, António Mestre que interpela as pessoas de forma agressiva e não tem qualquer pudor ao falar com uma criança ou com um adulto ou seja com quem for, exerce abuso de autoridade e ameaças constantemente na praia o que não contribui para a boa imagem da

terra, as pessoas estão na praia e são achincalhadas por aquele senhor. -----

----- O Presidente da Junta, **José Pedro Arsénio**, pergunta em que termos é que as pessoas são "achincalhadas"-----

----- A membro da Assembleia, **Cláudia Rosa**, dá o exemplo de um senhor que estava apenas a molhar os pés à beira mar e foi alertado aos gritos pelo António Mestre para sair de dentro de água, outra situação ocorreu com uma jovem, que por azar já tinha 18 anos, e que foi quase agredida tal como o pai da jovem. Foi uma vergonha, um cenário miserável, aquela forma de agir não é a mais correta, vem sempre acompanhado com dois matulões, o que leva a crer que a pessoa já pensa que vai haver problemas e o mais provável é um dia alguém entrar mesmo em confronto físico com ele. Outra situação é a trazer o seu próprio filho, que terá cerca de 10 anos, e que entra pela água atrás do pai e anda em cima de rochas a retirar pessoas de locais onde o pai não quer que elas estejam. Diz que o seu próprio grupo de amigos foi vítima desse tipo de abordagem e o mesmo aconteceu a vários turistas ao longo do verão. Refere ainda que tem ouvido o mesmo tipo de comentários por parte de várias pessoas que frequentam a praia. -----

Refere a necessidade de haver um ATL, de grande utilidade para os pais inclusive para a comunidade brasileira que não tem onde deixar os filhos para poder trabalhar e, por fim, elogia o trabalho da Junta de Freguesia e o trabalho desenvolvido pelos funcionários que limpam diariamente a aldeia que já está impecável todos os dias de manhã. Destaca que, pela primeira vez, este ano não houve acumulação dos lixos junto aos contentores e que se conseguiu encontrar um equilíbrio. -----

----- O **Presidente da Junta** inicia a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e expressa a sua satisfação com as palavras de reflexão do Sr. Luís Pedro Silva. Destaca a importância de se realizar um balanço das ações desenvolvidas nas assembleias e no exercício das funções para as quais foram eleitos pelo povo, sublinhado que o principal objetivo de quem vier a assumir funções a seguir é fazer sempre o melhor, independentemente das funções que desempenha ou do partido ou movimento pelo qual foi eleito. Refere que nunca adotou uma estratégia de crítica aos anteriores executivos ou a quem exerceu funções no passado. Pelo contrário, manifesta o seu reconhecimento a todos os que, ao longo dos últimos quarenta anos, desempenharam cargos autárquicos, salientando que esses eleitos dedicaram parte do seu tempo e da sua disponibilidade à comunidade, muitas vezes em prejuízo da vida familiar, o que considera ser digno de referência e respeito. Reconhece, no entanto, que existem diferenças naturais entre os mandatos e entre os desempenhos dos eleitos, havendo executivos com prestações mais positivas do que outros, bem como mandatos que decorreram em contextos mais favoráveis. Sublinha que nem todos os executivos são iguais, assim como as condições e os desafios de cada mandato também não o são. Informa que o atual executivo é novamente candidato às próximas eleições autárquicas e, caso seja reeleito, pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido. No entanto, sublinha que o novo mandato não será uma mera repetição do anterior, pois a conjuntura é diferente, com novos desafios a surgir, alguns problemas ainda estão em fase de resolução e outros já ultrapassados. Destaca que este foi um mandato particularmente exigente. Quando o executivo iniciou funções, encontrou um quadro de pessoal bastante reduzido e com competências que já não correspondiam às necessidades da freguesia nem à qualidade de serviço que pretende prestar à população. Assim, o foco do executivo foi a reorganização dos serviços, a atribuição de mais competências à

Junta de Freguesia e o reforço dos recursos financeiros e humanos, de modo a proporcionar uma resposta mais eficaz e adequada às necessidades da comunidade. Sublinha que "não está tudo feito" e que nunca afirmará o contrário, pois entende que a gestão autárquica é um processo contínuo e em constante evolução, sendo impossível considerar o trabalho como totalmente concluído. Afirma que toda a ação desenvolvida ao longo deste mandato teve como objetivo, independentemente de uma eventual reeleição, deixar uma Junta de freguesia melhor preparada, organizada e equipada tanto a nível de infraestruturas, como de recursos humanos e materiais. Simultaneamente, reitera que o compromisso foi também com a melhoria da qualidade de vida na freguesia de Porto Covo, assumindo a responsabilidade de gerir os seus destinos da melhor forma possível. Refere ainda, que o sentimento de dever cumprido e de ter concretizado os objetivos traçados pelo executivo, ao longo destes quatro anos, foi o principal fator que os motivou à apresentação de uma nova candidatura. Deixa um agradecimento a todos, sem exceção, incluindo à oposição, que ao longo do mandato manteve uma postura colaborante e construtiva. Reconhece que vários problemas foram levantados pela oposição e que o executivo procurou, sempre que possível, dar resposta numa perspetiva de serviço público e com o objetivo comum de melhorar Porto Covo. Refere que concorda na íntegra com a intervenção feita pelo membro Luís Pedro Silva. No entanto, informa que o equipamento DAE ainda não se encontra em funcionamento, uma vez que o INEM ainda não emitiu o respetivo licenciamento nem procedeu à ligação do sistema aos seus serviços, condição necessária para autorizar a sua utilização e garantir a assistência remota via telefone. Acrescenta que a Junta de Freguesia já adquiriu todo o equipamento e material necessários para o funcionamento do DAE e que foi ministrada a formação em Suporte Básico de Vida aos elementos designados, estando assim reunidas todas as condições locais para o arranque do programa,

7. Catarina  
A

ficando a aguardar apenas a autorização formal do INEM.-----

----- O membro da Assembleia, **Luís Pedro Silva**, manifesta a sua preocupação relativamente à morosidade do processo de licenciamento do DAE e refere que, face ao tempo decorrido é provável que, quando o equipamento estiver em funcionamento, seja necessário repetir a formação. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que a intenção é realizar novas formações, pois algumas das pessoas que participaram na formação inicial já não residem em Porto Covo, devido à rotatividade habitual no setor da restauração. Destaca, assim, a necessidade de promover continuamente estas formações para garantir que haja sempre pessoal preparado para utilizar o Desfibrilhador Automático Externo (DAE) quando este estiver em funcionamento.-----

Relativamente aos assuntos apresentados pela Secretária Cláudia Rosa, o Presidente da Junta referiu que os mesmos ficam para reflexão, implementação e correção, reconhecendo que há questões que precisam de ser corrigidas, mas que nas próximas duas semanas não será possível resolver tudo. Em relação ao ATL, foi levantado o problema da falta de pessoal, pela dificuldade de contratar trabalhadores para um período tão curto, de apenas dois ou três meses, que é precisamente quando o funcionamento do ATL é mais necessário. A solução para o problema do ATL passa por ser feito através da Associação "A Gralha", e funcionar durante todo o ano e para além do horário escolar, como resposta social à comunidade. Informa que esta questão já foi abordada diversas vezes com a Associação, que constitui uma valência social e tem a possibilidade de celebrar os acordos necessários para este efeito. Foi já enviado um e-mail para a Segurança Social, que realizou um levantamento das instalações e das necessidades de adaptação. Contudo, refere que os processos administrativos são morosos e que a questão do pessoal continua a ser um desafio. -----

----- A membro da Assembleia, **Catarina Sousa**, questiona qual o

ponto de situação do novo pólo de saúde. -----

----- O **Presidente da Junta** informa que o pólo de saúde já dispõe de fornecimento de água e eletricidade, assim como do mobiliário necessário. No entanto, permanece pendente a instalação do sistema de AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado). Refere ainda que o empreiteiro responsável pela obra declarou insolvência, mas felizmente a construção já está concluída. O problema surgiu porque a Unidade Local de Saúde não possuía as chaves do edifício, tendo sido necessário proceder à substituição das fechaduras para garantir o acesso às instalações. -----

#### **Assuntos da ordem do dia-----**

##### **1. Análise e aprovação da ata da reunião anterior: -----**

----- O **Presidente da Assembleia** coloca o primeiro ponto da ordem de trabalhos em análise e votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

##### **2. Análise da atividade da Junta no III trimestre de 2025: -----**

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em análise o segundo ponto e passa palavra ao presidente da Junta. -----

----- O **Presidente da Junta** refere que este é sempre o trimestre mais trabalhoso do ano, tendo em conta o elevado fluxo de pessoas que procuram a freguesia para passar as suas férias. Realizam-se também as festas tradicionais, o que representa um esforço significativo por parte dos funcionários, especialmente no que concerne à limpeza, uma vez que, basicamente, durante dois meses é necessário realizar recolha de lixo e serviços intensivos de limpeza. Informa que esteve presente na reunião da Associação de Freguesias da área do Parque Natural, onde foram debatidas diversas propostas que ficarão em consideração para o próximo mandato, especialmente no que concerne à cogestão do Parque Natural, que reúne várias entidades. Manifesta a sua preocupação pelo facto das Juntas de Freguesia terem ficado esquecidas nesse processo, destacando também a necessidade de uma reivindicação conjunta em defesa do

Q. Patu...  
R

IC4, que liga Odemira ao Algarve. Salientou que esta é a única zona do país que não é servida nem por autoestrada, nem por um Itinerário Complementar (IC), pelo que é essencial iniciar uma reivindicação forte por parte das freguesias envolvidas, às quais Porto Covo se junta em solidariedade, mesmo que o IC4 não sirva diretamente a freguesia, poderá beneficiar os portocovenses que se desloquem ao Algarve. Foi ainda referido o problema da estrada que passa por Odeceixe, atualmente encerrada o que causa grandes constrangimentos, bem como a questão da manutenção das obras da POLIS, que ficaram sem resposta, obrigando as Juntas de Freguesia a assumir essa manutenção sem os recursos adequados para tal. Destaca que todas estas matérias exigem um posicionamento sério e uma reivindicação conjunta das 16 freguesias que integram a área do Parque Natural, nomeadamente: Porto Covo, Sines, Vila Nova de Milfontes, Longueira/Almograve, São Luís, Santa Maria, São Salvador, Zambujeira do Mar, São Teotónio, Odeceixe, Aljezur, Rogil, Bordeira, Vila do Bispo, Sagres e Budens e que, apesar das especificidades de cada freguesia, existem muitos pontos em comum que justificam uma ação conjunta. Informa que a Junta de Freguesia de Porto Covo foi uma das fundadores desta associação, na altura presidida por o Sr. Luís Gil, e que se esse objetivo fazia sentido, hoje faz ainda mais. Refere que haverá novamente um Diretor do Parque Natural em Odemira, o que facilitará o acesso e permitirá uma resolução mais célere das questões. Defende que o Parque Natural não pode ser apenas um espaço de restrições, devendo existir uma gestão partilhada, na qual a administração do Parque faz a gestão, mas os parceiros e entidades que desenvolvem atividades na área, bem como as comunidades representadas pelas Juntas de Freguesia, devem ser ouvidos. Considerou que excluir as Juntas de Freguesia dos planos de cogestão não faz sentido. ----- Refere que foi notada uma melhoria significativa na gestão dos resíduos, nomeadamente na redução do lixo acumulado à volta dos

contentores. Informa que esta melhoria resultou de um trabalho desenvolvido desde o início do mandato, com uma articulação constante entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a empresa ambilital. Explica que, inicialmente, a recolha era realizada apenas uma vez por semana, com um reforço durante o verão, o que se revelou insuficiente, especialmente tendo em conta a acumulação de resíduos de grande dimensão, como caixas de cartão, frequentemente deixadas junto aos ecopontos sem serem desmontadas, muitas vezes por falta de civismo ou por comodismo dos utilizadores. Acrescenta que, para responder a esta realidade, a Junta iniciou há algum tempo a recolha direta junto dos grandes produtores e nas imediações dos contentores. Esta medida foi comunicada à ambilital, que entendeu a necessidade e disponibilizou, para as localidades do Litoral Alentejano, uma carrinha de reforço, que passou a fazer recolhas com maior frequência junto aos contentores. Informa ainda que foi feito um reforço dos ecopontos nas zonas mais críticas, o que contribuiu para minimizar o impacto negativo do aumento de resíduos, sobretudo nos períodos de maior afluência, registando-se de facto uma melhoria substancial no serviço prestado à população. -----

Informa que os serviços da Junta estão, neste momento, a realizar trabalhos de limpeza e intervenção nas bermas da estrada da Parreira até ao cruzamento de Morgavel. Adianta que, na próxima semana, os trabalhos irão prosseguir desde a Parreira até ao limite com o Vidigal. Reconhece que os trabalhos começaram tardiamente, justificando esse atraso com o facto de o ano ter sido especialmente chuvoso, o que dificultou as intervenções. Acrescenta ainda que o equipamento adquirido pela Junta para esse fim chegou tardiamente e, quando finalmente foi entregue, já se encontrava em vigor o período crítico de risco de incêndio, o que impôs restrições à realização dos trabalhos de limpeza. Assinala o paradoxo da situação, referindo que não se pode proceder à limpeza por risco de incêndio, mas a falta de

limpeza contribui igualmente para esse mesmo risco, o que considera um contrassenso. -----

----- O membro da Assembleia, **Luís Pedro Silva**, relembra que numa reunião que teve com o Presidente da Junta, foi abordada a questão da localização do Festival Músicas do Mundo em Porto Covo. Refere que, apesar de gostar do Largo onde atualmente se realiza o evento, considera que, nas condições atuais, a sua realização naquele espaço já não faz sentido. Manifesta a sua preocupação com as condições de segurança e questiona como é que a Proteção Civil continua a autorizar o evento naquela localização. Diz que desconhece se existe um plano de evacuação devidamente estruturado e se o mesmo existe, tem dúvidas quanto à sua viabilidade prática. Diz que se deve pensar numa alternativa para o local do festival, sugerindo como possível solução a zona de estacionamento. -----

----- O **Presidente da Junta** responde que qualquer executivo que ganhe as próximas eleições irá com certeza iniciar a discussão sobre a localização e sobre o formato do Festival Músicas do Mundo em Porto Covo, uma vez que o tema tem gerado alguma discordância. Refere que é necessário fazer uma avaliação ponderada dos prós e contras da realização de um evento desta dimensão e informa que foi realizado um inquérito sobre o tema, cujas respostas demonstram opiniões divergentes. A posição atual da Junta é reconhecer os aspetos positivos do festival, nomeadamente a dinamização do comércio local e o aumento da notoriedade da freguesia, mas igualmente os impactos negativos. Entre os principais constrangimentos está o facto do festival decorrer no mês de julho, período em que Porto Covo já recebe um elevado número de veraneantes, ao qual se somam os festivaleiros. Tal situação gera sobrecarga na aldeia, com instalação de tendas em vários espaços, estacionamento desordenado, e pressão excessiva sobre as infraestruturas locais. Acrescenta ainda que os preparativos do

evento implicam o encerramento de ruas e montagem de equipamentos com bastante antecedência, como é o caso do palco e das instalações sanitárias. Após o evento, os constrangimentos mantêm-se, como aconteceu este ano pois o palco permaneceu montado durante mais uma semana, os candeeiros retirados para o evento demoraram cerca de um mês a ser recolocados e os sanitários também permaneceram no local por tempo prolongado. Sublinha ainda que não está em causa a realização do festival, mas sim a necessidade de se alterar a forma como é organizado, de modo a minimizar o impacto no funcionamento normal da localidade. Relativamente à possibilidade de deslocar o evento para a zona de estacionamento, refere que essa hipótese apresenta diversos obstáculos, como o piso irregular, presença de passeios e sinalização vertical, embora possam ser estudadas outras alternativas. Quanto às questões de segurança, refere que um evento desta envergadura deve obrigatoriamente dispor de um plano de emergência. Em termos de evacuação, o Largo oferece melhores condições do que o Castelo de Sines, por dispor de quatro vias de saída, enquanto o castelo tem apenas duas. Informa ainda que, este ano, foram retiradas as bancas das saídas para facilitar a circulação. Contudo, considera mais preocupante a ausência de um plano de emergência geral para o quotidiano da freguesia e esta lacuna foi evidenciada aquando do sismo registado há alguns meses, momento em que se verificou a inexistência de um ponto de encontro definido e de um plano de atuação claro. Salienta, por isso, a necessidade urgente de reforçar o planeamento ao nível da Proteção Civil. Conclui dizendo que o FMM merece um debate alargado e profundo. E que apesar de gostar do festival, talvez seja altura de repensar o seu formato ou até de criar um novo tipo de evento mais adaptado à realidade e capacidade de resposta da freguesia, considerando a pressão e os impactos negativos atualmente registados. -----

----- O **Presidente da Assembleia** agradece a todos os membros

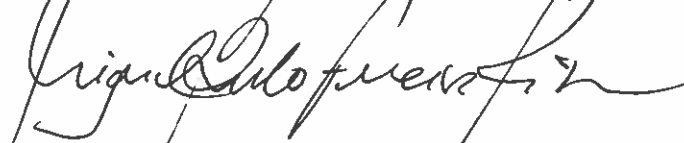
que participaram nas sessões da Assembleia de Freguesia ao longo dos últimos quatro anos, incluindo aqueles que não se encontravam presentes nesta última reunião do mandato. -----

----- O **Presidente da Junta** deixa igualmente uma palavra de agradecimento à funcionária Sandra Silva, pelo trabalho desempenhado ao longo do mandato. -----

----- O **Presidente da Assembleia** mostra o seu total acordo com esta manifestação de reconhecimento. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h10 horas, do dia 26 de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual se lavrou a presente ata. -----

**O Presidente da Assembleia,**



**A 1.ª Secretária,**

*Catarina Marques de Sousa*

**A 2.ª Secretária**



---